



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - CONCURSO PÚBLICO

### 2 - ATA

2.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

### 3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 4 - MANIFESTAÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## CONCURSO PÚBLICO

### RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA CLASSIFICAÇÃO FINAL

#### CONSULTOR ADMINISTRATIVO – CÓDIGO 201

#### CONSULTOR LEGISLATIVO – CÓDIGO 301

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2013, comunica, nos termos dos itens 11.1, alínea “g”, e 11.6, as decisões relativas aos recursos apresentados pelos candidatos contra a classificação final – erro de cálculo de notas. Informa, ainda, conforme previsto no item 11.6.2, que a fundamentação da decisão relativa a cada recurso estará disponível para consulta do próprio candidato recorrente no endereço eletrônico [www.fumarc.com.br](http://www.fumarc.com.br).

Inscrição	Nome	Especialidade	Resultado
1697/7	CHRISTIANO ALVES MONTEIRO DE CASTRO	Consultor Administrativo – Cód. 201	Deferido
2306/0	LEONARDO NUNES DE SOUZA	Consultor Administrativo – Cód. 201	Não conhecido
2501/1	MARIA EUGÊNIA MARQUES MENDANHA	Consultor Administrativo – Cód. 201	Indeferido
2849/5	SIMONE VALÉRIA DE PAULA	Consultor Administrativo – Cód. 201	Indeferido
2914/9	TOMÁS DE CARVALHO PEREIRA	Consultor Administrativo – Cód. 201	Não conhecido
4999/9	PATRÍCIA FREIRE SAMPAIO	Consultor Legislativo – Área I – Cód. 301	Não conhecido

### RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

#### APÓS JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA CÁLCULO DE NOTAS

#### CONSULTOR ADMINISTRATIVO – CÓDIGO 201

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2013, comunica o resultado final e a classificação final dos candidatos, após o julgamento dos recursos contra erro de cálculo de notas. Informa, ainda, em atendimento ao disposto no subitem 9.5.1, que as notas foram apuradas até uma casa decimal. Considerando que a presente publicação altera o resultado da segunda etapa do certame, torna-se sem efeito a respectiva publicação feita no Diário do Legislativo de 27/6/2014.

Especialidade: Consultor Administrativo – código 201

Insc.	Candidato	Data Nascimento	1ª prova	2ª prova	Total	Classificação
2412	LUISA ROCHA CABRAL	13/03/1987	49,0	89,5	138,5	1
2522	MARIED GUIMARÃES MANDUCA	08/01/1988	47,0	77,5	124,5	2
1697	CHRISTIANO ALVES MONTEIRO DE CASTRO	14/03/1988	50,0	73,3	123,3	3
2203	JULIA TORQUATO OLIVEIRA	27/04/1988	47,0	76,0	123,0	4
2501	MARIA EUGÊNIA MARQUES MENDANHA	07/04/1979	51,0	71,0	122,0	5
2856	SUELLEN CHRISTINE SERNIZON GONÇALVES	04/09/1986	45,0	75,5	120,5	6
2434	LUIZA CRISTINA DE ALMEIDA	01/05/1987	46,0	74,0	120,0	7
2349	LORENA CRISTINA SILVA RIBEIRO	19/06/1990	44,0	75,3	119,3	8
1989	FLAVIA PEREIRA DE OLIVEIRA	25/09/1983	45,0	73,9	118,9	9
2334	LILIAN LIMA QUINTÃO	29/04/1983	48,0	69,5	117,5	10
2631	PATRICIA CAPANEMA SILVA DUARTE	17/02/1988	46,0	71,0	117,0	11
1650	CAIO TÚLIO GUIMARÃES DE SOUZA	23/05/1990	49,0	68,0	117,0	12
2063	GUSTAVO MOREIRA NAZARETH	06/07/1989	46,0	70,5	116,5	13
1850	EDUARDO PARENTE	16/10/1986	47,0	69,4	116,4	14
1615	ÁUREA REGINA EVANGELISTA SOARES FRANCO DE CARVALHO	25/07/1987	45,0	70,5	115,5	15
1564	ANDRÉ AZEVEDO SOUSA	18/11/1988	52,0	63,0	115,0	16
2371	LUCIANA COUTO MARTINS	25/03/1982	44,0	69,5	113,5	17
1622	BEATRIZ BUERES BATISTA	02/05/1976	45,0	68,5	113,5	18
1553	ANA PAULA SILVA LEÃO	17/12/1981	46,0	67,5	113,5	19
1966	FERNANDA MOREIRA DE CARVALHO PIMENTA	31/08/1985	47,0	65,5	112,5	20
2438	MAGALI APARECIDA MEDEIROS DIAS	04/03/1981	45,0	67,0	112,0	21
2604	NATALIA MATTAR SAMPAIO	10/12/1984	50,0	61,9	111,9	22
2706	RAPHAEL MARTINELLI NUNES BARBOSA FELICIANO SÉRGIO	13/11/1992	46,0	65,5	111,5	23
1526	ANA CAROLINA CARVALHO MACHADO	01/12/1987	44,0	67,4	111,4	24
2306	LEONARDO NUNES DE SOUZA	21/02/1984	48,0	63,4	111,4	25
2071	HELBERT GOMES DA SILVA	04/04/1983	47,0	64,0	111,0	26
2382	LUCIANE DEL GÁUDIO CHAVES	15/05/1975	48,0	62,4	110,4	27
2525	MARILANDI MACEDO BHERING	16/07/1968	42,0	68,0	110,0	28
2914	TOMÁS DE CARVALHO PEREIRA	28/01/1989	48,0	62,0	110,0	29
2889	THALITA FLAVIA RIBEIRO DE MIRANDA	25/03/1988	52,0	57,3	109,3	30
2758	ROBERTO COSTA VITOI DRUMMOND	21/09/1978	50,0	59,0	109,0	31
2705	RAPHAEL DE ALMEIDA BRANT ALVES	21/11/1987	47,0	61,5	108,5	32
2214	JULIANA MANTOVANELLI DE OLIVEIRA	12/06/1984	46,0	62,4	108,4	33
2610	NATHÁLIA DOMINGUES DE MAGALHÃES	26/10/1984	48,0	60,4	108,4	34
2796	ROSANE OLIVEIRA EBERT SETTE	09/05/1981	50,0	58,2	108,2	35
2133	IZABELA STANCIOLI MARIANO DA SILVA	14/03/1986	46,0	62,0	108,0	36
2587	MONICA OLIVEIRA ALVES	31/07/1973	53,0	54,9	107,9	37
1679	CAROLINA GUIMARÃES ALVES	20/10/1976	47,0	60,5	107,5	38
2065	GUSTAVO TAVARES DE ALMEIDA	02/12/1971	49,0	58,3	107,3	39
2132	IZABELA DUARTE GIFFONI	01/06/1989	45,0	61,9	106,9	40
1639	BRUNA MARIA SOUZA	04/10/1985	46,0	60,9	106,9	41
2073	HELDER PEREIRA SENA	07/09/1982	46,0	60,4	106,4	42
2886	THADEU CHAVES TOLENTINO NEVES	06/05/1982	45,0	61,0	106,0	43
2032	GIOVANI DA SILVA LADINHO JUNIOR	07/02/1977	47,0	58,3	105,3	44
2995	WILSON DIOVANE MARQUES JÚNIOR	22/12/1988	44,0	60,5	104,5	45
2707	RAPHAELA HYTOMI PIANCHÃO AIHARA	12/12/1988	44,0	60,5	104,5	46
2938	VANI APARECIDA GUIMARAES	18/09/1970	47,0	57,5	104,5	47
2944	VENANCIO FERREIRA DE OLIVEIRA	13/04/1987	49,0	55,4	104,4	48
2549	MATEUS OLIVEIRA GUIMARÃES	16/04/1982	44,0	60,0	104,0	49
1686	CAROLINE REIS DE CARVALHO	27/09/1978	47,0	57,0	104,0	50
1790	DEBORA STEPHANIE RIBEIRO	06/05/1985	47,0	57,0	104,0	51
2734	RENATA NERI DE ALMEIDA	02/04/1980	45,0	58,9	103,9	52



2683	PRISCILA GUERRA DUARTE	24/06/1988	45,0	58,9	103,9	53
2281	LEANDRO CORRÊA PASSOS	10/12/1975	51,0	52,7	103,7	54
2327	LIDIA MARIA DE CARVALHO OTONI VASCONCELLOS	13/05/1966	44,0	59,4	103,4	55
2909	THIAGO THALES RIBEIRO	26/07/1988	47,0	56,0	103,0	56
1636	BRUNA FIORAVANTE DE MATOS	11/03/1985	47,0	55,8	102,8	57
2869	TÁSSANI MIGUEL LOPES CANÇADO	02/05/1974	48,0	54,5	102,5	58
2875	TATIANA PIRES BOTELHO	07/05/1982	49,0	53,5	102,5	59
1897	ERIKA FIGUEIRA POTSCH MAGALHÃES NOGUEIRA VIEIRA	13/07/1979	46,0	55,9	101,9	60
2145	JANAINA APARECIDA DE AGUIAR BATISTA	17/03/1983	47,0	54,7	101,7	61
2083	HENRIQUE DE ASSIS FERREIRA COELHO	19/07/1984	49,0	52,5	101,5	62
1956	FERNANDA CARNEIRO QUINTÃO	15/09/1976	45,0	56,0	101,0	63
1800	DENISE CORREIA FERNANDES	10/06/1982	46,0	55,0	101,0	64
2060	GUSTAVO GUIMARÃES AVELAR OLIVEIRA	21/06/1985	44,0	56,0	100,0	65
2702	RAMANA GUIMARÃES SOARES	14/09/1985	47,0	52,5	99,5	66
2409	LUIS GUSTAVO LEITE LOIOLA	18/06/1985	45,0	54,3	99,3	67
1543	ANA LUIZA DI IORIO ALMEIDA	29/11/1984	46,0	53,3	99,3	68
1677	CAROLINA DOMINGUES DE SOUSA	07/02/1988	49,0	50,0	99,0	69
2988	WENDELL DE OLIVEIRA MADUREIRA	13/08/1974	50,0	48,9	98,9	70
2375	LUCIANA MARIA BARBOSA DE AZEVEDO	24/11/1981	45,0	53,0	98,0	71
2605	NATALIA PEIXOTO CALIJORNE	10/06/1987	44,0	53,9	97,9	72
2117	ISABELA MARTINS BORBA SILVA FARAH	17/03/1983	44,0	53,5	97,5	73
2743	RICARDO ALEXANDRINO RODRIGUEZ	07/04/1979	46,0	51,3	97,3	74
2971	WAGNER ROCHA MENDES	24/03/1954	47,0	50,2	97,2	75
1789	DÉBORA JUNQUEIRA DA MATTA MACHADO	05/12/1984	48,0	49,0	97,0	76
1839	EDNILSON PEREIRA SOARES	12/06/1984	47,0	49,8	96,8	77
2257	KELLY CARINA SOARES	30/01/1980	47,0	49,5	96,5	78
2783	RODRIGO TOLEDO PEREIRA DE SÁ	20/09/1980	44,0	52,4	96,4	79
2680	PRISCILA COSTA LIMA	25/05/1988	46,0	50,4	96,4	80
1713	CLAUDIA MUCCI OLIVEIRA AMADO	03/10/1969	45,0	51,0	96,0	81
1517	AMANDA MÁTAR DE FIGUEIREDO	05/03/1984	48,0	48,0	96,0	82
2209	JULIANA FERNANDES CARDOSO	12/10/1985	45,0	50,8	95,8	83
2348	LÍVIA VALENTE MOREIRA DA SILVA	31/08/1984	47,0	48,5	95,5	84
1547	ANA PAULA FRANÇA DA CRUZ	27/07/1982	47,0	48,4	95,4	85
2324	LÍCIO SIQUEIRA	19/06/1951	38,0	56,9	94,9	86
2921	VALDENIR JOSÉ DA SILVA	16/01/1966	40,0	54,5	94,5	87
2221	JÚLIO CÉSAR BAHIA MASCARENHAS FILHO	07/12/1962	44,0	50,0	94,0	88
1531	ANA CAROLINA SOARES OLIVEIRA	12/09/1990	46,0	48,0	94,0	89
1443	ADAM VIEIRA SANTOS	28/10/1987	44,0	49,4	93,4	90
2094	HUGO DE ABREU GONÇALVES	23/03/1984	45,0	48,4	93,4	91
2204	JULIANA ALVES ROSA	17/11/1981	45,0	48,4	93,4	92
1605	ANTONIO LUCIO ALMEIDA CANTONI FILHO	02/06/1986	45,0	48,3	93,3	93
458	ADRIANE MACEDO TOLEDO E LACERDA	27/01/1965	43,0 (sub judge)	49,9 (sub judge)	92,9(sub judge)	94,0 (sub judge)
709	RAQUEL AMORIM DE OLIVEIRA	11/03/89	44,0	48,8	92,8	95,0
1765	DANIELA NORONHA DIAS	25/02/1974	44,0	48,2	92,2	96,0
2592	MOYZÉS LUIZ JARDIM	28/10/1961	40,0	49,6	89,6	97,0

Especialidade: Consultor Administrativo – código 201

Candidatos com Deficiência

Insc.	Candidato	Data nascimento	1ª prova	2ª prova	Total	Classificação
2525	MARILANDI MACEDO BHERING	16/07/1968	42,0	68,0	110,0	1
1800	DENISE CORREIA FERNANDES	10/06/1982	46,0	55,0	101,0	2
2783	RODRIGO TOLEDO PEREIRA DE SÁ	20/09/1980	44,0	52,4	96,4	3
2324	LÍCIO SIQUEIRA	19/06/1951	38,0	56,9	94,9	4
2921	VALDENIR JOSÉ DA SILVA	16/01/1966	40,0	54,5	94,5	5
2592	MOYZÉS LUIZ JARDIM	28/10/1961	40,0	49,6	89,6	6



## ATA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 17/7/2014****Presidência do Deputado Almir Paraca**

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

**Comparecimento**

- Comparecem os deputados:  
Almir Paraca - Fábio Cherem.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Almir Paraca) - Às 14h3min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária do dia 5 de agosto, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 5/8/2014.).

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º- secretário despachou, em 17/7/2014, a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Adilon Cláver de Resende, juiz auxiliar da Corregedoria - 6ª Região do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia de ofício encaminhado ao corregedor-geral, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.563/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Álvaro Campos de Carvalho, superintendente regional do Dnit, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.879/2014, da Comissão de Turismo.

Do Sr. André Merlo, secretário de Agricultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.460/2014, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Anne Floriane da Escóssia Lima, secretária-geral da presidência do Tribunal Superior do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.014/2012, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Antônio Carlos de Barros Martins, presidente da Fhemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.293/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlaile Jesus Pedrosa, prefeito municipal de Betim (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 8.288 e 8.289/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, assessor especial do Gabinete do Procurador-geral de Justiça Adjunto Jurídico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.285/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlos Leonardo de Araújo Delgado, gerente de Tesouraria do Departamento de Administração Financeira do BNDES, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Fazenda. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.586/2013, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, 6.915/2013, da Comissão de Direitos Humanos, e 8.040/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Danilo Antonio de Souza Castro, secretário adjunto de Casa Civil (4), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 873/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente, e 4.820/2013, 4.999 e 5.294/2014, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Denyse Rabelo Costa, chefe de gabinete do governador do Estado, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão do Trabalho encaminhado por meio do Ofício nº 2.314/2014/SGM.

Do Sr. Douglas Szefer, diretor de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.277/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, informando a celebração de convênio entre esse conselho e a Fapemig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Edson Douglas Veras, chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro da Integração Nacional (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.890/2012, da Comissão Especial das Enchentes.

Da Sra. Elaine Cristina de Sá Proença, procuradora regional da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.294/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Fábio Augusto Andrade, diretor de Relações Institucionais da empresa Claro, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Segurança Pública encaminhado por meio do Ofício nº 850/2014/SGM.



Do Sr. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de justiça adjunto institucional, encaminhando ofício da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia solicitando informações com vistas a instruir procedimento em tramitação nessa promotoria.

Da Sra. Indiara Lupe Tissiani, coordenadora de Correções e de Estágio Confirmatório da Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.225/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Janaini Keilly Brandão Silveira, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.031/2014, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário de Governo (5), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.995/2013 e 8.058/2014, do deputado Anselmo José Domingos, 7.688/2014, do deputado Paulo Lamac, 8.177/2014, da Comissão de Segurança Pública, e ao requerimento da Comissão da Pessoa com Deficiência encaminhado pelo Ofício nº 2.985/2014/SGM.

Do Sr. Luciano Fernandes Novaes, secretário municipal de Saúde de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.080/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira, superintendente regional da Conab (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.159/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Márcio Luís Galindo, procurador-geral federal junto à ANTT (substituto), prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.871/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Marcos Antônio Borges, representante de Relações Institucionais da Oi MG, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado pelo Ofício nº 1.976/2014/SGM.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (13), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.018/2013, da Comissão Extraordinária das Águas; 5.484/2013, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas; 5.631/2013 e 7.278, 7.449, 7.671 e 7.897/2014, da Comissão de Segurança Pública; 5.755/2013, da deputada Liza Prado; 5.841 e 6.561/2013 e 7.561/2014, da Comissão de Direitos Humanos; e 6.316, 6.319, 6.322, 6.335 e 6.807/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Padre João, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.605/2014, da Comissão do Trabalho.

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.387/2014, das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (7), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.616/2013, da Comissão de Direitos Humanos; 7.660, 8.016, 8.073 e 8.076/2014, da Comissão de Segurança Pública; e 8.074 e 8.075/2014, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Do Sr. Sebastião Custódio Couto Júnior, presidente da Câmara Municipal de Frutal, encaminhando representação do vereador Bruno Augusto de Jesus Ferreira, aprovada por essa Casa, na qual se solicita a intercessão desta Assembleia junto ao governo do Estado para que esse município e região sejam beneficiados com a implantação de serviço de atendimento móvel de urgência. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Sérgio Barboza Menezes, superintendente regional de Polícia Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.042/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Do Ten.-Cel. PM Nivaldo Ferreira Neto, comandante do 50º Batalhão de Polícia Militar, agradecendo voto de congratulações com policiais dessa unidade, formulado por esta Casa em atenção a requerimento do deputado Cabo Júlio, pela atuação em ocorrência que resultou em apreensão de droga.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 8.053/2014, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso ao Sr. Maurício Alves Peçanha pelo trabalho realizado no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e por sua conduta de exemplar cidadão, com seus inúmeros feitos em outras instituições (Requerimento nº 8.255/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a Algar Mídia, localizada no Município de Uberlândia, por ter sido considerada a 8ª melhor empresa para se trabalhar no Estado, segundo pesquisa da companhia global Great Place to Work (Requerimento nº 8.319/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro);

de congratulações com a Algar Agro, localizada no Município de Uberlândia, por estar situada entre as 20 melhores empresas para se trabalhar no Estado, segundo pesquisa da companhia global Great Place to Work (Requerimento nº 8.320/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro);

de congratulações com a PGM Sistemas, localizada no Município de Uberlândia, por estar situada entre as 20 melhores empresas para se trabalhar no Estado, segundo pesquisa da companhia global Great Place to Work (Requerimento nº 8.321/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro);

de congratulações com a Algar Telecom, localizada no Município de Uberlândia, por estar situada entre as 20 melhores empresas para se trabalhar no Estado, segundo pesquisa da companhia global Great Place to Work (Requerimento nº 8.322/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro).



de congratulações com a Algar Aviation, do Município de Uberlândia, por estar entre as 20 melhores empresas para se trabalhar no Estado, segundo pesquisa da companhia global Great Place to Work (Requerimento nº 8.323/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro);

de congratulações com o Sr. Marcílio Eustáquio Santos pela posse no cargo de vice-corregedor-geral de justiça do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.368/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Antônio Sérvulo dos Santos pela posse no cargo de corregedor-geral de justiça do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.369/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes pela posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.370/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Fernando Caldeira Brant pela posse no cargo de primeiro-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.371/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Kildare Gonçalves Carvalho pela posse no cargo de 2º-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.372/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Wander Paulo Marotta Moreira pela posse no cargo de 3º-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 8.373/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de apoio ao sindicato e aos representantes dos trabalhadores em greve da Indústria de Material Bélico do Brasil, em suas unidades de Itajubá, Juiz de Fora, Rio de Janeiro (RJ), Magé (RJ) e Piquete (SP) (Requerimento nº 8.480/2014, da Comissão do Trabalho);

de aplauso aos batalhões da Polícia Militar sediados na RMBH pelos esforços empreendidos para manter a ordem e a segurança nos municípios durante a Copa do Mundo 2014, mesmo tendo parte do efetivo policial transferida para a Capital por ocasião dos jogos no Mineirão (Requerimento nº 8.488/2014, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso à Maj. Elizângela Aldrin Costa Ramos, lotada na 5ª Cia. de Polícia do 1º Batalhão da Polícia Militar em Belo Horizonte, pelos relevantes serviços prestados à comunidade (Requerimento nº 8.490/2014, da Comissão de Assuntos Municipais).



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 15/7/2014

O deputado Pompílio Canavez – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, deputados e deputadas.

Nós, do Bloco Minas sem Censura, estamos reunidos desde ontem. Desde a semana passada estávamos falando dos nossos temores, nossas preocupações com a PEC nº 68, apresentada nesta Casa, que traz um grave perigo para as empresas do povo mineiro. Por isso, depois de intensas negociações, agora há pouco, Sr. Presidente, conversando o Líder do governo, deputado Luiz Humberto Carneiro, e o Bloco Minas sem Censura, fizemos um entendimento. Esse entendimento, como já havíamos acertado, foi que a Casa precisa votar projetos de deputados que são importantes e votar a LDO. Então, os parlamentares que estão nesta Casa estão preparados para votar, claro que com as discussões que são cabíveis.

Conseguimos que a base do governo compreendesse a complexidade da PEC nº 68, não no tocante à necessidade de se ter um gasoduto no Triângulo Mineiro. Quero deixar bem claro que todos e nós do Bloco Minas sem Censura somos todos favoráveis ao gasoduto. Para nós é fundamental que o Triângulo tenha o gasoduto e que Uberaba, Uberlândia, todas as cidades que serão beneficiadas pelo gasoduto sejam atendidas. Porém, do jeito que estava redigida, do jeito que a PEC veio para esta Casa, para nós, como questão de princípio, de filosofia, não dava para concordar com uma redação que deixava aberta a possibilidade de se privatizar a Gasmig e também as subsidiárias da Cemig, por exemplo, as empresas de economia mista do Estado, e deixava a possibilidade de se ter um processo de privatização tardio. E isso ocorre agora, num processo eleitoral que já começou, num debate eleitoral que já começou. Nós, parlamentares, se aprovássemos a PEC do jeito que está redigida, seríamos muito cobrados pelo povo mineiro, porque se abriria a porta, com certeza, para um processo de privatização.

O povo mineiro já deu mostras claríssimas de que é contra. Fui presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, deputado Rogério Correia, e, na época da privatização do Bemge e do Credireal, lembro-me bem do sofrimento que foi todo o processo e do prejuízo que o Estado de Minas teve. Então, a possibilidade que trazia a redação da PEC nº 68 de abrir o procedimento de vender, privatizar, entregar o patrimônio do povo mineiro para nós é uma questão incontornável. Apresentamos essa questão ao líder do governo, conversamos, e, felizmente, ele assumiu o compromisso conosco, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que a PEC não será apresentada, nem agora nem depois. Esse procedimento é muito complexo. Podemos então votar a LDO e os projetos de interesse dos deputados, que são importantíssimos, sem o fantasma de voltar a Minas Gerais o pesadelo da privatária, da privatização.

Sr. Presidente, eu queria comunicar isso e dizer que nós, do Bloco Minas sem Censura, que estávamos em processo legítimo e regimental de obstrução, não estamos mais. A partir de agora, deputado Rogério Correia, fazemos parte do esforço de votar os projetos dos deputados, os projetos parlamentares, e a LDO.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Deputado Pompílio Canavez, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que vem exercendo como líder do nosso bloco e dizer que o que V. Exa. anuncia nessa tribuna é uma grande vitória para o povo mineiro. Já existe na sociedade uma mobilização muito grande contrária à PEC nº 68. Os eletricitários iniciaram o movimento, aliás com colagem de cartazes denunciando a privatização da Gasmig e a abertura da possibilidade de privatização da própria Cemig e da Copasa. Ou seja, a privatização do gás, da luz e da água. Essa PEC nº 68 trata de dismantelar o aparato do Estado naquilo que é estratégico para o povo mineiro, que aliás é o que sobrou, porque Bemge, Credireal e outros foram privatizados outrora, no governo do PSDB, na época de Eduardo Azeredo e Fernando Henrique Cardoso.

Com a medida de Itamar Franco, da qual tive a honra de ser relator, de incluir na Constituição a obrigatoriedade de um referendo popular para que qualquer empresa pública fosse privatizada, impedimos que, durante todo o período do governo tucano, houvesse a privatização desse setor estratégico. O que o governo anuncia agora, criminosamente, às vésperas das eleições, é a privatização da água, do gás e da luz. O Sindieletrô já havia se mobilizado junto com os eletricitários, os trabalhadores da Copasa e da Gasmig, e já há uma mobilização pelo Estado de Minas Gerais, através do seu setor mais consciente, de que essa privatização teria evidentemente de ter um fim; que essa PEC nº 68 não poderia ser aprovada; que não podemos deixar retirar da Constituição um ganho democrático e popular, que é a participação da população, por meio de referendo, para decidir questões estratégicas do Estado de Minas Gerais.

O governo agora anuncia que, não tendo condições políticas e de força na Assembleia para impor ao povo mineiro uma derrota relativa à privatização da Gasmig, da Cemig e da Copasa, da água, da luz e do gás, não colocará a PEC para tramitar na Assembleia Legislativa durante o mês de agosto.

Mas, deputado Pompílio Canavez, quero deixar também um recado àqueles que já se mobilizam contra essa privatização, eu diria até, com eiva de privatária: não deixem de se mobilizar porque o governo pode querer retornar com isso.

Aqui em Minas Gerais, na Assembleia Legislativa, sob sua liderança, Pompílio, estamos atentos – PT, PMDB, PRB, Pros, PCdoB – para evitar que essa privatização aconteça. É importante que o movimento social também nas ruas continue mobilizado.

Parabéns, Pompílio, por V. Exa. liderar a vitória contra essa PEC nº 68, a PEC da “privatária” em Minas.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)\* – Queria cumprimentar o deputado Pompílio Canavez, nosso companheiro e líder do nosso bloco. Pompílio, o papel que V. Exa. exerceu à frente dessa negociação foi, sem dúvida nenhuma, fundamental, com o apoio de todos os deputados do nosso bloco – PT, PMDB, PCdoB, PRB nesse caso –, importante para que garantíssemos um tempo maior para o debate. Não queremos deixar aqui que essa situação continue. No entanto sabemos que ganhamos um tempo e, nesse tempo, é fundamental que todos aqueles que nesses dias militaram, questionaram e participaram desse debate continuem se mobilizando. A participação do Sindieletrô e da CUT foi fundamental nesse processo.

As denúncias que fizemos, tanto no Ministério Público Federal quanto no Ministério Público Estadual, foi no intuito de garantir um direito do cidadão mineiro. Primeiro, no patrimônio construído, que é o da Gasmig e das outras estatais; segundo, num direito constitucional da participação do cidadão, que tem de ser ouvido caso o governo venha a ter o interesse de privatizar alguma de suas empresas. Esse direito tem de ser permanecido.

Nós, aqui nos blocos, deputado, já realizamos uma audiência pública e, nos próximos meses, certamente realizaremos outros debates. Nesse sentido queria aproveitar este momento para deixar registrado que essa conquista não garante ainda que o governo irá recuar. Sem dúvida nenhuma é importante que a mobilização continue e esses segmentos que já participaram continuem com sua mobilização nas reuniões, nos debates, nos cartazes e nas ruas, chamando a atenção para a população. Durante o período eleitoral, esse debate ainda pode retornar a esta Casa. A nossa bancada e o nosso bloco estarão atentos, mas, sem dúvida nenhuma, precisaremos da mobilização da sociedade.

O deputado Pompílio Canavez – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes.

Só para concluir, Sr. Presidente, queria dizer que, além do perigo da privatização e da venda do patrimônio do povo mineiro, havia também a possibilidade da retirada de prerrogativas do Parlamento, que passássemos pela Casa a aprovação de cisão e venda de empresa. Além disso, quanto à não consulta, à retirada da obrigatoriedade da consulta popular, se perguntarmos ao povo sobre um assunto tão importante como é a privatização ou a alienação dos bens do povo mineiro, isso é também um problema muito grave. Por isso queria alertar.

A deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* – Deputado Pompílio Canavez, nosso líder do Bloco Minas sem Censura, quero ir ao microfone para cumprimentá-lo por essa decisão e, como representante da mulher mineira, fazer um alerta também para essa questão da privatização. Estou me lembrando agora de Itamar Franco, quando ameaçou pôr a polícia para evitar a privatização de Furnas. Realmente ele conseguiu. Então temos de ter uma postura firme e clara, pois não podemos permitir principalmente essa questão do referendo popular. Isso é importante. Temos de avançar na participação popular, e não retroagir.

Portanto essa posição do Bloco Minas sem Censura é oportuna, correta e importantíssima, como representante do povo mineiro, para garantir a preservação dos bens de Minas Gerais, assim como a Copasa, a Cemig, a Gasmig. Estamos unidos na defesa desse patrimônio de Minas Gerais.

O deputado Pompílio Canavez – Obrigado, deputada Maria Tereza Lara.

Gostaria de lembrar que todos estivemos em São José da Barra quando o ex-governador Itamar Franco convocou todo o povo mineiro naquela luta heroica. Se não fosse isso, talvez hoje não tivéssemos mais Furnas nem Cemig no patrimônio do povo brasileiro. Resistir é sempre importante.

Lembro ainda as palavras dos deputados Rogério Correia e Ulysses Gomes. É preciso que estejamos sempre atentos, sempre alerta, porque isso pode voltar. Todos nós, parlamentares, temos o dever de defender os interesses do povo mineiro.

Sr. Presidente, era isso que queria falar. Boa tarde e muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje nós avançamos bastante na discussão e votação de projetos, o que foi possível graças a uma pressão realizada pelo Bloco Minas sem Censura, aqui anunciado pelo deputado Pompílio Canavez, nosso ex-prefeito de Alfenas e agora líder do nosso bloco na Assembleia Legislativa.

Nós comunicamos, mas é preciso repetir para nossos telespectadores que toda a votação dos projetos só foi possível a partir do momento em que o governo do Estado desistiu de fazer tramitar o projeto durante este mês e no mês de agosto. É um projeto que permite, que abre brecha para a privatização da Gasmig, das subsidiárias da Cemig e também das subsidiárias da Copasa.

Havia aqui um plano do governo - há ainda -, através da PEC nº 68, de, mudando a Constituição, retirar de lá um instrumento democrático conquistado quando o governador Itamar Franco governava Minas Gerais, o qual impõe a necessidade, para se privatizar



qualquer empresa pública, de se submeter a proposta a referendo popular. Em outras palavras, a água, a luz e o gás, em Minas Gerais, só podem ser privatizados se o povo mineiro concordar por meio de referendo popular.

Essa proposta de emenda à Constituição nos foi apresentada, à época, pelo governador Itamar Franco, que temia um processo de privatizações que ocorria no Brasil a mando do FMI, por interesse do governo Fernando Henrique, e aqui, por meio, anteriormente, do governador Eduardo Azeredo. Esse processo de privatização já havia levado para as empresas privadas o Bemge, o Credireal e outros instrumentos importantes como a MinasCaixa, aqui no Estado de Minas Gerais. Estava em processo de privatização também a Cemig, que, aliás, já havia sido entregue com a venda de 1/3 das ações, uma privatização absurda em que os sócios minoritários obtiveram 1/3. Gastaram para comprar 1/3 das ações, mas tinham o domínio da Cemig; gastaram menos e dominavam a Cemig. O governador Itamar Franco reverteu isso na Justiça, com ajuda da Assembleia Legislativa, por meio de uma CPI. Em seguida, deputado Ulysses Gomes, enviou para esta Casa essa proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 50, que introduzia a ideia do referendo popular. É algo inédito no Brasil: você só pode privatizar se houver concordância do povo. Itamar Franco já previa aonde os tucanos queriam chegar: também à luz, à água e ao gás.

Eu tive a honra de ser escolhido pela base do governo - à época, Itamar Franco - para ser o relator dessa emenda à Constituição. Na relatoria, incluí um empecilho a mais à privatização, que é a aprovação, deputado Ulysses Gomes, por 3/5 dos deputados, e não, apenas por maioria simples. O certo é que consta isso hoje na Constituição, e depois Jô Moraes, deputada estadual à época, incluiu também as empresas de gás, ou seja, a Gasmig. Nós havíamos colocado as subsidiárias da Cemig, que já incluíam a Gasmig, mas a deputada Jô Moraes, sabiamente, desconfiada que é, como nós, do governo privatista do PSDB, colocou no texto da emenda a Gasmig.

O certo é que hoje reza a nossa Constituição que não pode haver privatização, privataria, entrega dos bens do Estado a não ser que o povo mineiro concorde por meio de referendo e com 3/5 da Assembleia Legislativa. É aí nessa ferida que os tucanos querem colocar o dedo ou o bico.

Querem retirar da Constituição exatamente esse benefício, esse espaço democrático conquistado, que garante que as empresas estratégicas de Minas Gerais não pertencerão a empresas multinacionais e empresas do capital financeiro. Essa medida impediu que os tucanos entregassem a Cemig, a Gasmig, a Copasa, e fomos vitoriosos até hoje. A emenda constitucional é esse absurdo. Em véspera de eleição, o que já nos deixa desconfiados. Mais desconfiados ficamos quando a própria Cemig confessou que quer fazer essa privatização e ficar minoritária no capital da Gasmig, com apenas 30%, entregando os outros 70% à empresa privada espanhola. Nesse caso já está acordado que a empresa será esta, por inexigibilidade de licitação, por notório saber, seja lá o que for. Nem sequer passaria por um processo de licitação e de custo que as empresas apresentariam para comprar as ações da Gasmig. Já se entregaria a essa empresa espanhola, com essa inexigibilidade. E perderíamos, portanto, uma empresa de gás. Para que isso? Dizem que é a única forma de viabilizar a condução do gás até a fábrica de amônia a ser construída em Uberaba. Faço aqui um parêntese: aproveitam a fábrica de amônia, que está sendo construída com recursos da Petrobras, do governo federal, a mesma Petrobras que os tucanos atacam e querem privatizar. Imaginem se fosse um governo dos tucanos!

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)\* – E dizem, deputado, que não priorizam Minas. Está aí o exemplo.

O deputado Rogério Correia\* – Está lá um recurso grande, bilhões. Com um enorme esforço do vice-presidente José Alencar, à época, e do presidente Lula, essa empresa de amônia, em vez de ir para São Paulo, veio para Minas, para o Triângulo Mineiro. Repito, foi um grande esforço do vice-presidente José Alencar, à época. Qual a garantia que o governo do Estado deu? Que ele construiria o gasoduto. Este foi o compromisso do governo do Estado, que aliás já tem a Gasmig e pode construir o gasoduto. Assim se comprometeu na época, mas não o fez. Agora, às vésperas da necessidade do gasoduto, eles querem vender a ilusão, no Triângulo Mineiro, de que só podem fazer por meio da privatização, porque não têm recurso próprio para construir a condução do gás até a fábrica de amônia.

O parêntese que eu fazia é o seguinte: a fábrica de amônia é para produção de fertilizantes. Fui delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, deputado Ulysses Gomes, e uma das grandes necessidades do Brasil é de fertilizantes, adubo, etc., a baixo custo, porque hoje estamos nas mãos de seis ou sete empresas que produzem esses fertilizantes no mundo. Com isso eles encarecem o preço dos produtos agrícolas. E Minas não tem o contraponto, que é o fertilizante, para a diminuição do preço e para ser instrumento de pressão contra essas empresas multinacionais. O presidente Lula, para atender ao agronegócio, mas especialmente à agricultura familiar, levou a fábrica de amônia, a ser construída pela Petrobras. Ela será construída como exigência do presidente da República, na época o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso agrada-se o setor do agronegócio, da agricultura familiar e da agricultura de maneira geral em Minas Gerais e no Brasil. E foi escolhida a cidade de Uberaba, em território mineiro, para o desenvolvimento da importante região do Triângulo. Portanto, é lucro garantido para qualquer empresa que levar o gás até lá, pois é um consumo enorme de gás. Uma necessidade do Triângulo, uma necessidade da empresa, uma necessidade do Brasil. Ora, o que o governo de Minas faz? Retira o valor estratégico da fábrica de amônia, colocando a fábrica à mercê do preço do gás de uma empresa multinacional espanhola, que poderá cobrar o que quiser e estar a serviço, inclusive, de outras fábricas de fertilizantes no mundo, e diz não à nacionalização, portanto, deste insumo importante que é o fertilizante. Deputado Ulysses Gomes, veja bem: aquilo que era para ser uma fábrica estratégica, do ponto de vista da agricultura, passa a ficar dependente da empresa multinacional de gás, que também tem transação com as próprias fábricas de fertilizantes, transformando-se em capital monopolista internacional. V. Exa. sabe que são interligadas. Retira, portanto, o caráter de independência. É isso o que se está querendo fazer aqui por meio do governo privatista de Minas. Quando digo que existe uma cerca neoliberal em Minas Gerais, que não permite que o Estado, na sua figura central, faça investimentos estratégicos, é porque o setor privado, o mercado não permite. Assim aconteceu com o metrô. O governo do Estado só aceita privatizá-lo se for por meio de parceria público-privada. Além disso, não aceita os recursos do PAC para o Anel Rodoviário e não entrega o projeto porque também pretende fazer a mesma coisa por meio de PPP, para cobrar pedágio do belo-horizontino e do mineiro ao redor de Belo Horizonte. É o mesmo espectro que ronda Minas Gerais. A cerca neoliberal é elétrica e dá choque, o maldito choque de gestão.



Portanto, é preciso fazer um curto-circuito nessa cerca neoliberal elétrica e livrar Minas Gerais desse modelo enfadonho e falido que quebrou o Brasil e está quebrando a Europa. Este é o contexto e a razão para ficarmos contra o procedimento privatista da empresa de gás, que é a Gasmig.

Concederei um aparte ao nobre deputado Ulysses Gomes. Depois apresentarei as alternativas que o governo de Minas tem para não fazer essa privatização e mostrarei que a privatização é apenas a marca tucana, o bico grande que quer entrar no mercado e não permitir ao Estado que detenha também seus setores estratégicos para a evolução do País e do Estado de Minas Gerais. Alternativas existem.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)\* – Quero compartilhar com V. Exa. as suas manifestações. A nossa preocupação é que esse patrimônio nosso, dos mineiros, corre o risco de ser vendido. O conceito que se defende, deputado, está muito claro para nós. O que aconteceu quando o País foi governado pelos tucanos, aquele processo de entrega e de privatização do patrimônio público, é o que vem se tentando implementar em Minas. Qual era a forma de fazer isso? Criando condições cada vez maiores, como tentaram fazer com a CEF, quebrando-a.

Quando o governo Lula assumiu, nós, que vivenciamos e acompanhamos isso, sabíamos claramente como estava a Caixa, ou seja, estava sendo sucateada para ser vendida - e as nossas universidades federais, da mesma forma. O que o governo fez naquela época foi exatamente o inverso: apostar e investir. Hoje a CEF é a prova disso, assim como as nossas universidades, que cresceram. Hoje qualquer estudante, professor ou pessoa que está lá sabe comparar a diferença entre um governo que quis acabar, por exemplo, com as universidades e aquele que investiu e acredita nelas. Em Minas, não é diferente.

Quanto ao que V. Exa. está dizendo, deputado, no caso da Gasmig e da empresa de fertilizantes no Triângulo, em Uberaba, faz cinco anos que o governo do Estado tem um acordo para levar o gasoduto para aquela região. Foi um compromisso assumido primeiramente pelo ex-governador Aécio, depois reassumido pelo governador Antonio Anastasia e confirmado agora com o governador Alberto Pinto Coelho. Quer dizer, eles vêm empurrando isso cada vez mais, para, na hora final, quando não houver mais alternativa, dizerem aos mineiros: “Para que seja instalada, a empresa precisa disso, e não há outra forma senão fazer dessa maneira”. Na verdade, criando a imagem para os mineiros de que o Estado não dá conta, a Gasmig não dá conta. Não é que não dê conta: há incompetência nesse processo e, sobretudo, um jogo claro, nobre deputado, em que há interesse do Estado nessa situação. Portanto, é exatamente o jogo.

E, por falar nisso, há o jogo que quiseram vender na Copa do Mundo. Queria só encerrar, deputado, comentando um pouco a Copa do Mundo. Com certeza, tivemos duas Copas do Mundo: uma, dentro do campo e a outra, fora do campo. Infelizmente o Brasil não deu conta da Copa dentro do campo e perdeu, e temos de parabenizar a Alemanha. A copa fora do campo foi a copa da boa gestão e da competência do governo, que deu conta de entregar aquilo que muitos achavam que não iria ficar pronto, ou seja, todas as obras de aeroporto, transporte e acesso para que os jogos acontecessem nos estádios. A copa do povo brasileiro mostrou a competência e a alegria de receber os turistas de todo o mundo. Estamos vendo, em toda a imprensa internacional, os elogios ao grande sucesso que foi a Copa do Mundo no Brasil. Infelizmente a oposição joga contra, como nesse caso de que estamos falando. Vendem uma imagem para a população e depois não dão conta de entregar. Temos grandes exemplos a mostrar.

Por fim, deputado, para não cortar a sua palavra, queria compartilhar, sobretudo com os moradores da nossa região do Sul de Minas - e o nosso líder está aqui ouvindo -, a nossa grande preocupação. Acabei de ouvir V. Exa. comentar a assinatura de investimento na região do Triângulo, a assinatura do Samu. É um problema que estamos tendo no Sul de Minas. Infelizmente há um atraso de mais de sete meses na implementação do maior consórcio de saúde existente no Brasil, que é o Samu do Sul de Minas, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Sul de Minas - Cissul. São 153 municípios consorciados nessa região para a instalação do Samu. Infelizmente, por várias vezes, o Estado atrasou o repasse de recursos para construção da obra da sede do Samu, como atrasou também o repasse do recurso para formação dos mais de 700 profissionais concursados. Até o momento, não conseguimos a data para instalação desse Samu.

Esperamos que agora, à frente da Secretaria de Saúde, o novo secretário, que aqui nesta Casa mostrou sua competência, agilize esse processo, deputado, para, ainda no final deste semestre, no final deste mês ou no início de agosto, oferecermos à região do Sul de Minas este importante trabalho, este importante programa do governo federal que é o Samu, um serviço de emergência e urgência que está fazendo muita falta para a região. Como tem sido sucesso em tantas regiões, ele será fundamental para melhorar o atendimento e dar agilidade ao serviço de saúde da nossa região.

O deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes, pelo aparte. Retomo a minha fala, elogiando as palavras de V. Exa. e dizendo que anunciarei três alternativas em relação à condução do gás para Uberaba, viabilizando a fábrica de amônia.

A primeira delas é o recurso próprio do Estado, que pode ser feito através da Cemig e da Gasmig, recurso este absolutamente viável, visto que, no ano passado, a Cemig teve um lucro de R\$4.200.000.000,00. Fazendo um parêntese novamente, é a empresa que cobra o ICMS mais caro na conta de luz. O mineiro paga a mais alta conta de luz do País. A Cemig teve um lucro de R\$4.200.000.000,00 e tem tido normalmente lucro superior a R\$1.500.000.000,00 todo ano. É óbvio que a própria Cemig poderia arcar com os recursos para fortalecer a Gasmig e fazer o gasoduto até a região do Triângulo Mineiro.

A segunda alternativa que levantamos diz respeito à Codemig, deputado Ulysses. A Codemig é a empresa que estranhamente construiu a Cidade Administrativa, chamada de Brasilinha do Acim. A Cidade Administrativa foi a obra mais cara que ele fez nos oito anos em que esteve aqui: custou R\$1.500.000.000,00. Estava orçada em R\$670.000.000,00, mas foi para R\$1.500.000.000,00. Essa obra foi feita estranhamente com a Codemig, por um parente seu, que ele colocou na presidência da empresa: o Borges da Costa, que tocou a obra e duplicou o preço. Anualmente, só do nióbio de Araxá, a Codemig tem R\$750.000.000,00 de lucro todo ano. Então, por que ela não pode financiar esse gasoduto? Por que isso tem de ser entregue para uma empresa espanhola privada?

A terceira alternativa é o próprio BNDES. Aliás, aposto - e já apostei na Comissão de Assuntos Municipais, quando tratou desse assunto; não tenho dinheiro, mas pego até emprestado para fazer a aposta – o salário do presidente da Cemig que, caso essa Fenosa, a empresa espanhola, vá fazer o gasoduto, ela vai tirar o dinheiro do BNDES. Ela vai ao BNDES pegar o recurso para fazer o gasoduto. Por que isso não pode ser feito em Minas pela própria Gasmig? Por que precisa ser feito por uma empresa espanhola? Não tem a



menor lógica. Para enriquecer alguns dessa empresa, que já ganhou a ausência de licitação? Vejam a moleza que é, deputados e deputadas: qualquer um gostaria desse negócio da China. Já tem a fábrica de amônia, vai levar o gás para lá, todos os dias, 24 horas por dia, todo ano, em 10 anos, e assim vai, e já tem o gás e a compradora. Pega o dinheiro do BNDES sem licitação, já ganha. É isso que vão entregar para a empresa espanhola em véspera de eleição, e depois não gostam que usemos o termo “privataria”, mas é isso que está acontecendo.

Deputado Ulysses, termino dizendo que nós obtivemos hoje uma grande vitória. A nossa convicção ao não permitirmos que a Gasmig e depois a Cemig e a Copasa, ou seja, o gás, a luz e a água entrassem em processo de privatização é uma grande vitória que o nosso bloco deixa na Assembleia Legislativa. Deputado Tadeu Martins Leite, nós estamos de parabéns ao evitar essa privatização da Gasmig, e V. Exa. sabe muito bem que o endereço certo depois serão as subsidiárias da Cemig e a própria água do Estado de Minas Gerais. Aliás, em relação à água, faço outro parêntese: temos de barrar o mineroduto que estão querendo fazer em Irapé, tirando água do Rio Jequitinhonha para levar para o porto de Ilhéus, com água suficiente para o abastecimento de quase duas cidades de Montes Claros. Retirar água do Rio Jequitinhonha para abastecer uma empresa de mineração. Um mineroduto no cerrado, na área seca, um mineroduto exatamente no ponto nevrálgico onde faltam as condições mínimas de água para plantio, para o ser humano, para os animais. Portanto, são esses os parâmetros que queria colocar para dimensionar para o povo mineiro o tamanho da nossa vitória.

Enquanto os deputados chegam, aproveito para falar sobre outra coisa. Deputado Ulysses Gomes, V. Exa. falou sobre a Copa do Mundo. Eu trouxe algumas capas de revistas que cantavam a derrota do Brasil. A *Veja*, *Veja* fofoca, como é chamada agora no Brasil, dizia: “Por critérios matemáticos, estádios da Copa não ficarão prontos a tempo”.

“Estádios no Brasil só em 2038”. A *Veja* fofoca quebrou a cara.

A *Veja* fofoca dizia também: “Bombas, manifestações: as ameaças à Copa”. A *Veja* fofoca quebrou a cara.

*Época*: “A terra do nunca fica pronta”. Nunca fica pronta: quebrou a cara a *Época*, ficaram uma beleza os estádios.

Novamente a *Época*: “O risco da Copa”. Uma bola com uma bomba. Quebrou a cara a *Época*, não teve bomba.

*Época*: “E se fosse na Copa? Chuteira abandonada”. Outro vexame.

Essas foram as manchetes pré-Copa, lembram? Disseram que até surto de dengue iria haver. Em pleno inverno iria haver dengue no Brasil. Vocês se lembram disso? Iria ter apagão, e não teve apagão coisa nenhuma. Outras reportagens dizem: “Capa da revista sobre fiasco da Copa foi exagerada”; “Clima festivo e sucesso da Copa conquistam manchetes internacionais; “Sucesso da Copa no Brasil expõe ao mundo o cinismo da imprensa brasileira”. Muito bem lembrado.

“Álvaro sugere que governo desista de fazer o mundial.” Sabe quem é o Álvaro? Álvaro Dias, do PSDB. Sugeriu que não fizéssemos a Copa. Aqui, Álvaro Dias, outro fiasco.

Agora virão as notícias boas: “Organização da Copa é bem avaliada por 83% dos estrangeiros”. Parabéns, Dilma; parabéns, Lula. “A Copa acabou. E a nossa esperança se renovou.” Agora não podem dizer que é o governo. Agripino foi lá ontem e disse que isso é coisa de dinheiro privado. Mas eles não tinham falado que a Copa era toda com recurso público? Agora é privado? Nos estados, dizíamos que tinha sido privado. “Brasileiros mostraram que são capazes de fazer uma grande Copa do Mundo.” Deputado Pompílio Canavez, quero elogiar aqui é o povo brasileiro. É este que quero elogiar, pois foi aplaudido pelo mundo inteiro, venceu aquele pessimismo imposto pela elite branca no Brasil, que dizia que as coisas não iam dar certo.

“Britânico elogia pontualidade dos voos brasileiros.” Ele fez 29 voos. Sabe qual foi o atraso dele? Nenhum. Este aqui é um britânico. Parabéns, Brasil: 29 voos sem nenhum atraso. Mas não haveria um caos aéreo? Não estava anunciado o caos aéreo? Não houve caos.

“Copa deixará 30 bilhões na economia do Brasil.” Onde estão aqueles que disseram que nós investimos errado, que o recurso deveria ser para isto e para aquilo? A Copa deixou aqui R\$30.000.000.000,00 agora. Oitenta e sete por cento dos estrangeiros dizem que pretendem voltar ao Brasil. “Reforma dos aeroportos do Brasil: um dos grandes legados da Copa das Copas.”

O que sobrou aos pessimistas? Cantarolar a derrota da Seleção no campo. Só sobrou isso. Torceram contra, para que desse errado. Álvaro Dias disse que não era para fazermos a Copa. Depois ficaram torcendo contra a Seleção, para que ela não fosse hexa. Foi uma pena, a Seleção jogou mal mesmo. Essa avaliação tem de ser feita.

A CBF precisa se renovar. O senador pulou na frente - aquele que vai ser candidato a presidente - para dizer que não se pode mexer na CBF. Ele é amigo do Marin. É preciso mexer na CBF, tem de tirar a CBF do Rio de Janeiro e levar para Brasília. É necessário fazer concurso público para juiz do tribunal da CBF. Há muita coisa a ser feita na CBF. Ela não pode ser a dona inquestionável do futebol. O mercado nunca pode ser absoluto em tudo. O Estado tem de ter seus mecanismos de vigilância e controle - o que não significa estatização. É claro que o Estado precisa fiscalizar aquilo que o mercado faz.

Agradeço ao presidente e aos deputados a boa vontade. Eu havia dito que falaria não mais que meia hora. Já se passaram quase 30 minutos. Eu precisava falar da Copa, que foi tão renegada por alguns setores no Brasil, que torceram tanto contra essa Copa, que fizeram tantas manchetes negativas. Uma pesquisa apontou que 70% das matérias ouvidas no exterior eram negativas, contra o Brasil e a Copa, e 87% das pessoas saíram mais satisfeitas do Brasil que em qualquer outra Copa do Mundo, o que transformou a Copa na Copa das Copas. Sabem o que isso demonstra? A capacidade do povo brasileiro de se organizar, de fazer as coisas, de ser receptivo, com o jeito brasileiro, sim, porque somos uma mistura de raças. Fizemos as coisas do nosso jeito, e não, como quer ditar uma elite branca brasileira, uma elite branca mundial. Parabéns ao povo brasileiro pela vitória da Copa. Parabéns ao time da Alemanha pela vitória que obteve dentro do campo. Tomara que o Brasil seja hexa na Rússia. Eu acredito e continuo torcendo. Um grande abraço.

\* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/7/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Gustavo Valadares**

exonerando, a partir de 21/7/2014, Maria da Conceição Paes de Souza Neto do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Maria da Conceição Paes de Souza Neto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

**Gabinete da Deputada Liza Prado**

nomeando Keitymara Martins Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 21/7/2014, Simone Cristina de Lima Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Maurício Antonio de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES - CNV 31/2013**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Fundação João Pinheiro. Objeto: promover cooperação técnico-científica e cultural visando ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos. Vigência: 24 meses contados a partir da data da publicação.